

Rainha das águas, dona do mangue: um estudo do trabalho feminino no meio ambiente marinho*

Neuza Maria de Oliveira**

Introdução

O reconhecimento da importância do trabalho feminino para a produção de bens e a reprodução social faz das mulheres interlocutoras privilegiadas nos debates acerca dos recursos fundamentais à garantia da reprodução da vida. A oferta e qualidade dos alimentos, as condições sanitárias, o manejo, tratamento e as condições salutaras das águas potáveis, por exemplo, são fatores que interferem diretamente no cotidiano do trabalho das mulheres, principalmente daquelas oriundas das camadas mais pauperizadas da sociedade.

As mulheres pobres habitantes das comunidades litorâneas do Nordeste brasileiro exercem uma atividade geradora de renda cuja organização produtiva está diretamente condicionada aos diversos usos, manejos e dinâmicas da reprodução dos recursos naturais marinhos. Realizam o extrativismo de moluscos e crustáceos, espécies animais que ocorrem em áreas de mangue (florestas fluviais) localizadas em zonas de transi-

ção entre o meio aquático e o terrestre. A atividade extrativista destas mulheres expressa exemplarmente um íntimo grau de dependência entre o processo produtivo e a dinâmica ambiental. A reprodução dos estoques animais por elas coletados está condicionada ao equilíbrio hídrico entre as águas do mar e dos rios e à vazão do fluxo e refluxo das marés nas faixas marítimas onde os rios deságuam.

O objetivo deste artigo é apresentar os aspectos ambientais, econômicos, sociais e simbólicos que explicam a inserção do trabalho feminino no meio marinho. Trata de duas mulheres: uma mítica e outra real. À primeira, todos os presentes e todos os mimos; à segunda, todas as tarefas: coletar as espécies animais nas áreas de mangue e garantir a reprodução do grupo doméstico. Tal imagem da mulher no meio marinho é simbolicamente expressa nos mitos femininos das águas que constituem o panteão religioso afro-baiano. Neste estudo é fundamental reconhecer que determinados símbolos e mitos têm expressão no real, legitimam práticas so-

* Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada com o apoio do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e financiamento, desde 1991, da Fundação MacArthur. Trata-se de uma versão revista e atualizada de comunicação apresentada no VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Brasília, outubro de 1992.

** Professora do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA e pesquisadora do NEIM.

ciais e são úteis na compreensão destas práticas.

O presente texto traz alguns resultados preliminares de uma pesquisa ainda em andamento, cujas interpretações foram baseadas em leituras e revisões críticas da bibliografia sobre o tema e em dados quantitativos obtidos nos diversos órgãos públicos que atuam no setor pesqueiro e na gestão de recursos naturais. Apresenta também interpretações aproximativas das primeiras sondagens realizadas junto a mulheres de quatro comunidades pesqueiras do Recôncavo Baiano. A observação direta e os registros visuais e fotográficos permitiram um olhar mais descritivo a respeito da realidade do trabalho feminino nestas localidades. Espera-se que, ao final, a articulação dos elementos teóricos e empíricos seja capaz de contribuir para um maior conhecimento do trabalho feminino no meio marinho e para subsidiar a formulação de políticas públicas destinadas a promover as condições de trabalho das mulheres pescadoras.

As análises e interpretações dos dados coletados até agora e dos gerados até o término da pesquisa certamente contribuirão para a crítica e/ou confirmação dos pressupostos teóricos ecofeministas traduzidos na seguinte hipótese: a mulher, por sua relação mais direta com a reprodução social da vida, desenvolveu maior grau de responsabilidade com o meio ambiente. Se a hipótese colocada se sustenta ou não na realidade da praxis produtiva da mulher pescadora, é tarefa deste estudo contribuir para sua verificação.

O Recôncavo Baiano e as águas da Baía de Todos os Santos: *locus da pesquisa*

O trabalho das mulheres no meio marinho está sendo investigado em comunidades pesqueiras do município de

Maragogipe (BA), geograficamente localizado no Recôncavo Baiano, região Nordeste do Brasil. Tal localização reveste-se de significados particulares. O Recôncavo Baiano é uma área "convexa" e complexa. Definitivamente evocado pelo signo das águas, denomina o conjunto de terras que circunda a Baía de Todos os Santos num raio que atinge distâncias afastadas da costa marinha. Neste complexo ambiental há praias, ilhas, ilhotas e vários rios. Toda a extensão compreende 35 municípios, inclusive Salvador (capital do estado) e a Ilha de Itaparica. As águas da Baía de Todos os Santos banham 14 desses municípios.

O Recôncavo possui uma orla marítima de quase 300 kms e interconexões com rios e canais, favorecendo a navegação. É uma área de contrastes e diversidades quanto a climas, solos, relevos, estruturas econômicas e sociais. A larga barra da Baía de Todos os Santos é o seu denominador cultural, tornando singulares padrões econômicos e sociais, valores culturais simbólicos e míticos. As águas da baía conferem identidade ao ser do Recôncavo. São águas de fluxos ambíguos, de reentrâncias e saliências, onde confluem o doce e o sal. Esta confluência de águas doces e salgadas proporciona a formação de florestas de mangue (faixa de transição entre terra e mar) que, nos séculos passados, deslumbraram os naturalistas estrangeiros que por ali passaram. Tal fartura inspirou uma culinária e um ideário alimentar compostos de iguarias que têm como ingredientes moluscos e crustáceos oriundos do mangue, preparados com azeite de dendê, itens indispensáveis do cardápio típico regional e da dieta alimentar da população litorânea.

Maragogipe é um dos seus mais antigos municípios. Em sua sede concentra-se um relevante acervo histórico colonial, destacando-se a igreja matriz principal, edificada entre 1625 e 1650

por iniciativa do bandeirante Bartolomeu Gato. Localiza-se na foz do Rio Paraguaçu, na confluência com as águas da Baía de Todos os Santos. O encontro das águas forma no local um imenso lagamar denominado de Lagamar do Iguape.

A localização hídrica privilegiada de Maragogipe proporciona a existência de florestas de mangue seculares em todo o seu litoral. O manguezal é a marca ambiental da cidade e fonte permanente de alimento de grande parte de sua população.

Nas suas áreas de mangue, mulheres e crianças realizam cotidianamente o extrativismo de moluscos e crustáceos, com a finalidade de abastecer mercados locais e regionais e garantir a demanda de proteínas do grupo doméstico. A população local denomina esta atividade de mariscagem e as mulheres que a realizam são chamadas de marisqueiras.

O manguezal - florestas fluviais

Nas comunidades pesqueiras investigadas, a condição social da mulher, a produção e reprodução dos meios materiais do seu trabalho, seu ideário cultural e sua representação no cotidiano comunitário estão vinculados e marcados pela presença do ecossistema mangue. Neste sentido, a compreensão da dinâmica e do manejo deste meio é uma das chaves para entender a condição feminina nestas comunidades. Este nível de articulação entre a condição da mulher e o meio ambiente requer abordar o mangue para além da sua dinâmica reprodutiva biológica, incorporando como parte desta dinâmica as zonas de interface nas quais a mulher, o mangue e a cultura se entrelaçam para garantir a vida.

O manejo do mangue para a exploração produtiva ainda não foi o suficiente estudado e pesquisado. A sua

importância sócio-econômica e cultural é relativamente ignorada pela maioria da população. Tal ignorância vem favorecendo uma larga degradação dos manguezais, comprometendo sensivelmente o trabalho extrativista das mulheres neste meio.

O mangue é um ecossistema, com suas leis biológicas e processos reprodutivos independentes; ao mesmo tempo, é objeto de trabalho, "força produtiva da natureza" mediatizada pela atividade humana. São diferentes percepções, diversos padrões culturais e tecnológicos que condicionam e imprimem uma lógica particular à interação entre a mulher e o mangue.

O imaginário social percebe o ecossistema mangue como sinônimo de espaço geográfico desordenado, cuja dinâmica caracteriza-se pela irracionalidade das interações entre seus recursos naturais e pela reprodução descontrolada. É concebido como um local feio, malcheiroso, insalubre, onde proliferam vermes, insetos e doenças. Segundo a lógica econômica, o mangue, por sua paisagem agreste e de difícil penetração, é impróprio às atividades produtivas. Tradicionalmente é tido como destituído de valor econômico e prejudicial à saúde humana quanto ao aspecto sanitário. No século XVI, o padre José de Anchieta já o citava como gerador de infortúnios sociais e como a causa da febre amarela que dizimou neste período um contingente considerável da população litorânea do Brasil Sudeste.

Esta imagem do mangue mediatiza grande parte das relações entre os diversos grupos sociais e o ecossistema. No Brasil, visão semelhante é reservada às zonas de prostituição feminina, coincidentemente denominadas de mangue, *habitat* da mulher que "peca". Neto (1989) denomina de "erro histórico" o uso da palavra mangue para nomear as zonas de prostituição no país. Segundo o autor, esta nomeação é muito antiga e deve-se à implantação, nos anos 20,

de uma das primeiras zonas de prostituição de rua às margens do Canal do Mangue, na cidade do Rio de Janeiro. No *Dicionário da Língua Portuguesa* de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, mangue aparece como sinônimo de prostituição. Esta visão identifica mulher, prostituição e mangue.

Enquanto o imaginário social concebe o mangue como local destituído de valor econômico e social, a Biologia aponta a sua importância ecológica através de um discurso que apresenta alguns traços similares às narrativas dos mitos aquáticos femininos, nos quais os manguezais são áreas fecundas. O mangue é um verdadeiro viveiro, banco genético indispensável ao equilíbrio ecológico do meio marinho e à sobrevivência de milhares de pessoas que exploram seus recursos. Pode ser caracterizado como o lado materno dos meios fluvial e marinho.

Na classificação das áreas de florestas, o mangue é definido como floresta fluvial. O que se denomina popularmente como manguezal é um complexo formado por árvores fluviais; por espécies animais como os moluscos, crustáceos e bivalves que habitam permanentemente o local; por espécies de pescado da costa e estuário, que nas suas fases juvenis e durante a maré cheia são atraídos pela oferta de nutrientes e pela segurança que o local oferece contra predadores; por espécies de animais terrestres, principalmente aves que procuram as árvores do mangue como refúgio; e ainda por uma micro fauna e flora que, em grande medida, promovem o processo intenso e veloz de reciclagem da biomassa importada e exportada do e para o mangue através do fluxo das marés.

Lacerda (1984) define o manguezal como um ecossistema típico de transição entre mar e terra. Ocorre em águas costeiras tropicais, em terrenos baixos, sujeitos às ações das marés. O seu grau de influência no meio adjacente

caracteriza-o enquanto sistema aberto. A entrada e a saída de biomassas ou nutrientes através do fluxo das marés é a contribuição principal do mangue para a cadeia alimentar costeira. O aporte constante da deposição de nutrientes promove a troca energética (entrada e saída de nutrientes) que lhe proporciona uma alta reprodutividade.

Mastaller (1990) relaciona a sobrevivência e reprodução das florestas de mangue basicamente às ações das marés e à entrada regular de água doce, pois sua flora requer baixa salinidade. A maioria das suas árvores tem raízes aéreas, em decorrência da baixa fluidez e compactação do solo, submetido a intensa reciclagem em função da oferta de águas doces e da atividade permanente de consumo energético de biomassas pelas espécies que habitam todo o ciclo do mangue.

Lopes (1985) igualmente atribui a alta reprodutividade das áreas de mangue à emissão e captação constante de nutrientes para a costa e estuário e vice-versa. O fato de serem alagadas duas vezes ao dia pela ação das marés e pela entrada das águas doces provenientes de cheias, das chuvas e da evaporação faz das florestas de mangue um ecossistema dependente hídrico.

Por demarcar encontros ou transições de diferentes ecossistemas, as florestas de mangue são consideradas por estudiosos de ecologia marinha áreas de equilíbrio frágil. Acredita-se que a ação humana inadequada pode comprometer a complexa cadeia trófica de dependência entre mangues, rios e oceanos e florestas costeiras. Lacerda (1984) considera o ecossistema uma área das mais críticas do ponto de vista dos estudos ecológicos, pois suas interações energéticas com os outros ecossistemas o tornam fundamental para a reprodução dos recursos pesqueiros da costa litorânea e das águas dos rios interiores.

Araujo e Maciel (s/d.) realizaram estudos e pesquisas no estuário da Baía de Guanabara, no Estado do Rio de Janeiro, revelando com precisão a relação entre a estabilidade da produção primária de nutrientes nas áreas de mangue e o nível regular da atividade pesqueira no local estudado. As autoras observaram que o decréscimo da produção de biomassa nas áreas de mangue degradadas se fez acompanhar de uma sensível diminuição dos estoques de pescado e, conseqüentemente, da atividade pesqueira.

A extração de madeira das árvores de mangue é a mais freqüente atividade humana aí realizada. O caule destas árvores contém tanino, substância que confere rigidez à madeira e a protege da decomposição resultante da ação contínua da água e do sal. Por isso é bastante utilizada na construção de estruturas portuárias e em cercas para criatórios de peixes e delimitação de quintais. A madeira das florestas de mangue é ainda largamente usada como fonte de energia, em forma de carvão ou lenha. Dado o seu alto grau de combustão, é muito empregada nos processos de defumação de camarão, de carnes, e no fornecimento de energia para panificadoras. A extração desta madeira resulta num índice elevado de degradação e redução da biomassa vegetal responsável pela oferta dos nutrientes primários que compõem a base da complexa cadeia trófica da costa e do estuário.

O uso mais importante dos recursos naturais do mangue, todavia, é o extrativismo das espécies animais, a coleta de moluscos, crustáceos e bivalves que aí habitam. O produto gerado pela atividade é alternadamente destinado ao consumo doméstico ou ao mercado. Os dados constantes no *Diagnóstico sócio-econômico-ambiental da mulher pescadora do Recôncavo Baiano*, realizado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da Uni-

versidade Federal da Bahia, em convênio com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama) (NEIM/Ibama, 1992), demonstram a significativa participação da renda gerada pela mariscagem na composição dos recursos domésticos e a importância da atividade na oferta de proteína para a população litorânea.

Segundo Mastaller (1990), entre os principais tensores das áreas de mangue, a contaminação por metais pesados é o mais preocupante. As árvores do meio acumulam por muito tempo estas substâncias, provocando uma regressão na reprodução da biomassa animal e vegetal e influenciando diretamente na reprodução das espécies costeiras e estuarinas. O autor alerta, no entanto, que esses efeitos e seus graus de comprometimento ambiental ainda são desconhecidos; não se sabe o bastante sobre a natureza complexa das interligações entre o mangue e outros ecossistemas que dependem da sua estabilidade reprodutiva. Outros problemas de efeitos irreversíveis, segundo ele, são a mineração, as descargas de efluentes químicos, os derivados de petróleo e as construções que impedem o livre fluxo das águas.

Juridicamente, as áreas de mangue são consideradas terrenos de marinha, cabendo à União disciplinar o uso abusivo dos seus recursos, punir agressões que comprometam a dinâmica da sua reprodução e arbitrar em casos litigiosos que envolvem usos conflitantes.

A Constituição Federal de 1988, bem como a Resolução nº 4 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), de 10/9/85, citam o mangue como área de preservação permanente. A legislação brasileira que disciplina o uso das florestas de mangue, porém, a despeito do seu caráter conservacionista, não tem conseguido evitar sua degradação, cujas causas estão arraigadas numa profunda ignorância cultural e

histórica a respeito do ecossistema e da sua importância.

Para Lacerda (1984), o pouco conhecimento das técnicas sustentáveis de manejo do mangue exige cuidados quanto às alternativas para a exploração econômica dos seus recursos. O autor sugere a inclusão do ecossistema na categoria de *reserva extrativista* (unidade de conservação e produção), como o sistema produtivo que no momento parece ser o manejo mais adequado dos recursos naturais do mangue. Mas ele responsabilmente ressalva que esta sugestão carece de mais pesquisas, estudos e experiências práticas junto às populações que convivem com o ecossistema.

Os manguezais do Recôncavo Baiano

As florestas de mangue ocorrem em vários pontos do litoral do Recôncavo. Dados cartográficos estimam a existência de aproximadamente 21.230 hectares de áreas de mangue em todo o Recôncavo (Governo do Estado da Bahia, 1991). Contudo, pouco se sabe da qualidade ambiental, do grau de poluição e dos diversos manejos destas áreas.

Katia Mattoso, pesquisadora dos vários aspectos da Bahia oitocentista, relata em obra recente (1992) que documentos históricos do século XVI nararam um Recôncavo tomado em todo o seu estuário por uma extensa florestal fluvial. Ela discorre sobre os quatro séculos de exploração econômica da região, onde diferentes paisagens foram formadas pelos ciclos sucessivos das atividades agrícolas dos grandes proprietários de terra, tais como o cultivo da cana-de-açúcar e do fumo, e, mais recentemente, por um complexo industrial que cada vez mais se lança sobre as águas da baía. A autora lamenta a evidência de que, atualmente, pouco

restou das espécies tropicais que margeavam as águas do Recôncavo. A estimativa de 21.230 hectares de florestas de mangue é um fundo de quintal se comparada aos relatos que citam uma cobertura verde quase total da faixa litorânea que margeava a Baía de Todos os Santos e o Recôncavo.

Ainda que não se disponha de um volume considerável de estudos e pesquisas, com base em observação direta pode-se relacionar a qualidade ambiental e o nível de conservação ou degradação destas áreas diretamente à presença ou ausência de graus de desmatamento, bem como aos padrões de industrialização e aos diferentes ramos industriais instalados nas áreas de influência do complexo hidrográfico.

A atividade industrial petrolífera, o pólo petroquímico de Camaçari, o complexo industrial Subaé e a barragem da Pedra do Cavalo são, hoje, as principais ameaças para os manguezais restantes na região. Técnicos do Centro de Recursos Ambientais (CRA) do Governo do Estado da Bahia denunciaram, através de imagens de satélites, uma melancólica lacuna onde antes era só verde (*A Tarde*, 26/3/89). Santo Amaro, Candeias, Madre de Deus, São Francisco do Conde e a Região Metropolitana de Salvador são as localidades do Recôncavo que mais aparecem em manchetes de jornais vinculadas a denúncias de contaminações dos seus estuários, da sua costa e dos seus manguezais por chumbo, cádmio, efluentes petroquímicos, mercúrio, agrotóxicos etc. Há suspeitas de que as florestas de mangue de Maragogipe apresentam graus de contaminação por agrotóxicos oriundos da atividade agrícola irrigada nas margens do Rio Paraguaçu. No entanto, o impacto mais visível ao ecossistema hídrico local é provocado pela implantação da barragem da Pedra do Cavalo, a jusante do Lagamar do Iguape, no município de Maragogipe.

Pesquisadores do Programa de Mestrado em Medicina Preventiva da Universidade Federal da Bahia (*A Tarde*, 1/6/92) alertam para os riscos a que está exposta a população ribeirinha domiciliada no município de Santo Amaro, às margens do Rio Subaé. Esta população habita áreas de alta contaminação por chumbo e cádmio, elementos que já foram identificados nos tecidos adiposos das diversas espécies de animais comestíveis que ocorrem no mangue e no estuário do rio.

Em 1975 ocorreu na Baía dos Tainheiros, zona suburbana da cidade de Salvador, uma alta contaminação por mercúrio. Assim que foram divulgadas as notícias sobre o acidente e suas conseqüências quando mariscos contaminados são ingeridos pelo ser humano, as marisqueiras de Salvador cessaram suas atividades nas áreas de mangue, que durante muito tempo ficaram vazias (*Jornal da Bahia*, 1/9/75). Como essas mulheres exercem a atividade para o mercado e o autoconsumo, a qualidade do alimento e o seu controle são questões que lhes interessam diretamente, assim como as condições ambientais que garantem esta qualidade.

A companhia estatal que detém o monopólio da extração e transporte do petróleo no país, a Petrobrás, teve uma atuação nas águas da Baía de Todos os Santos marcada pela completa omissão quanto ao risco das suas atividades para a qualidade dos ecossistemas marinhos. Só recentemente a empresa instalou uma divisão de meio ambiente na sua estrutura institucional. Em pouco mais de três décadas de atuação, os vazamentos de petróleo nas águas da baía tornaram-se constantes, seja durante o transporte do produto, realizado por navios petroleiros, seja na sua prospecção. Estima-se que ação desta estatal tenha contribuído sensivelmente para a extinção e deformação de grande parte das florestas de mangue da Região

Metropolitana de Salvador e outras cidades do Recôncavo.

O apelo à conservação e ao reconhecimento da importância dos manguezais do litoral baiano é recente. Segundo Neto (1989), a ignorância a respeito do ecossistema é institucionalizada, não obstante a avançada legislação conservacionista do país. Relata o autor que, até o ano de 1989, a propaganda oficial do governo para demonstrar a importância do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) veiculou uma publicidade na qual constava o seguinte trecho: "é com dinheiro do FGTS que a Caixa Econômica Federal financia o aterro do mangue".

Atualmente, o quadro de passividade em relação à depredação das florestas de mangue vem se modificando, seja em função do evidente desfalecimento que a extinção deste ecossistema tem provocado na dieta da população, seja pelas ações dos movimentos ambientalistas ou pela demanda conservacionista instalada em todo o planeta.

No mês de abril de 1992, um vazamento da Petrobrás derramou nas águas da Baía de Todos os Santos o volume alarmante de 48 mil litros de petróleo cru. Os movimentos ambientalistas, o Sindicato dos Petroleiros, pescadores, marisqueiras e os órgãos de meio ambiente organizaram-se numa ação jurídica envolvendo 1.600 pessoas para exigir legalmente da Petrobrás a indenização financeira dos prejuízos. O acidente causou danos enormes à população da área afetada, sobretudo àquela que sobrevive da exploração econômica dos recursos marinhos.

O petróleo vazado nas águas da baía afetou diretamente os manguezais do Recôncavo. Na opinião dos técnicos do CRA (*A Tarde*, 21/4/92), é provável que as florestas atingidas morram, pois o óleo impede a fotossíntese, sem a qual não há renovação da flora. Esta renovação pode levar alguns anos quando se

trata de um derramamento destas proporções e neste tipo de ecossistema.

Também as atividades industriais do pólo petroquímico de Camaçari liberam efluentes líquidos e resíduos que afetam sensivelmente o meio hídrico do Recôncavo. Tal prática vem comprometendo a reprodutividade nas áreas de mangue, pois a maioria destes resíduos contém substâncias tóxicas e mutagênicas que entram na cadeia alimentar aquática, provocando uma baixa de produção da fauna e flora fluviais. Os resíduos líquidos das atividades agrícolas, despejados nos leitos dos rios da região, por sua vez contém pesticidas, fungicidas e fertilizantes que comprometem a qualidade reprodutiva das espécies do mangue.

A instalação, há dez anos, da barragem da Pedra do Cavalo, no Rio Paraguaçu, é considerada por marisqueiras e pescadores o fator principal da baixa reprodutividade nas áreas de mangue que estão sob a influência do fluxo da bacia hidrográfica deste rio. Todos os entrevistados foram unânimes em apontar que, após a formação do lago, houve uma queda no aporte de nutrientes levados e exportados pelo mangue através do fluxo das águas. Estes aportes são o substrato básico da manutenção dos níveis tróficos do ecossistema. O monitoramento do lago implica uma constante instabilidade do equilíbrio entre água doce e salgada, principal condição da evolução, reprodução e manutenção da flora. As marisqueiras e pescadores apontam, ainda, que a água doce do Rio Paraguaçu a montante da barragem, antes de chegar ao mangue, passa por um processo de decantação que lhe retira grande parte dos nutrientes.

Divisão sexual do trabalho no meio marinho

No Brasil, embora existam estudos localizados sobre a produção da mulher

no setor pesqueiro, pouco ainda se sabe sobre a realidade desta produtora, e muito menos ainda sobre a dinâmica da sua atividade. As mulheres exploram o meio marinho diretamente coletando espécies de moluscos e crustáceos das áreas de mangue, recolhendo ostras nas praias ou pescando com caniço e outros petrechos em beiradas de rios. É raro participarem da captura de pescado em alto mar ou comandarem embarcações com maior autonomia.

O fato de a captura do peixe, principal etapa da atividade pesqueira, realizar-se em alto mar estabelece a condição da divisão sexual do trabalho no meio marinho. Coube à mulher grande parte das tarefas em terra, que não implicam o seu afastamento prolongado do núcleo doméstico, nem comprometem a sua manutenção e reprodução.

No litoral do Recôncavo Baiano, a simbologia do feminino e a posição da mulher na vida econômica e social das comunidades pesqueiras possuem um caráter paradoxal. O fato de as divindades femininas reinarem absolutas nas águas da região não confere às mulheres maior acesso aos recursos naturais aquáticos, nem valor social ao seu trabalho. As mulheres do Recôncavo não pescam em águas distantes, embora sejam as donas míticas das águas. Iemanjá, Oxum, Janáina, Mãe-d'Água, Nanã, as sereias e as rainhas do mar são "forças que moram na água". Donas das águas doces e do mar, são representadas por mulheres belas, vaidosas, que protegem os pescadores e mantêm com estes uma relação amorosa simbólica. De tempos em tempos, transformam-se inteiramente em mulheres e cantam à beira da praia para atrair o pescador escolhido. O ciúme destas "donas", que não suportam outra presença feminina nas suas águas, seria, pois, a causa simbólica do impedimento da mulher ir ao mar e pescar em águas distantes.

A divisão do trabalho na pesca parece cumprir a exigência dos mitos. Em diversas comunidades litorâneas do Recôncavo as mulheres são as responsáveis pela confecção e reparo de pechecos e pela evisceração, processamento e beneficiamento do pescado. Ligocki (1990) e documentos do Ibama (1986) indicam que, nestas comunidades, apesar da reduzida participação da mão-de-obra feminina na captura direta do pescado em alto mar, as mulheres se destacam como coletoras de espécies de moluscos e crustáceos que habitam as florestas de mangue.

Mitos e reprodução sócio-ambiental

O inventário dos mitos, suponho ainda não ter sido suficientemente explorado como instrumento teórico-empírico, válido para apoiar a compreensão das relações desiguais entre os gêneros e dos padrões diferenciados de exploração e consumo dos recursos naturais por diferentes segmentos sociais.

A diferença evidente entre o corpo feminino e corpo masculino foi, primitivamente, o suporte de símbolos e mitos que a história não esqueceu em função da hegemonia da ordem racional. As culturas vêm fazendo seu trabalho lapidar de reinventá-los, reatualizá-los no campo social, lugar no qual se materializam as relações desiguais entre os gêneros e destes com os recursos naturais.

Historicamente, os mitos vêm cumprindo sua função de formar, informar e expressar práticas sociais. Deste campo simbólico não escapam a produção de seres, de bens, a reprodução social e as relações dos seres humanos com os recursos naturais. Eliade (1972) define o mito como um modelo de conduta - nas suas palavras, um "modelo exemplar". Em várias sociedades, em especial nas primitivas, o mito é a didática.

É o exemplo de ordenação da natureza, de organização da sobrevivência.

As narrativas míticas têm como suporte o ritual, ou sua encenação, mecanismo que fixa na memória o exemplo a ser seguido. A função do mito em diversas sociedades primitivas é conferir ao sujeito subjetividade, identidade e valores, dando sentido à sua existência no mundo.

Mito, magia e produção

Na literatura antropológica, raros são os estudos, teóricos ou empíricos, que procuram dar conta da complexa relação existente entre mito, magia e as atividades produtivas dos seres humanos. Turner (1974) vê o mito e o rito como dimensões culturais excepcionais, não consagradas à rotina tecnológica e produtiva, ainda que suas narrativas guardem profunda intimidade com os processos culturais de exploração e consumo dos recursos naturais, com as formas de organização social e com o padrão das relações entre os gêneros. Elbein (1984) relata narrativas míticas do panteão religioso afro-baiano que, se interpretadas corretamente, constituem valiosa contribuição para compreender o acesso e exploração desiguais dos recursos naturais por mulheres e homens. O mito de origem yorubano, por exemplo, narra que Obatalá (princípio masculino, representação do céu) luta e afinal se une a Oduduwa (princípio feminino, representação da água e da terra) para ser o senhor de toda a criação da natureza e do mundo dos homens. É desta forma que a liturgia yorubá explica toda a vida na Terra, bem como as relações produtivas desiguais entre homens e mulheres: como resultado de uma batalha entre o princípio feminino e o masculino.

Malinowski (1973) observou que a magia é parte essencial do processo produtivo dos primitivos trobriandeses:

o mito encarnaria o poder imaginário sobre as forças da natureza. Nas sociedades trobriandesas, os processos rituais e as evocações mágicas são considerados determinantes do sucesso da pesca, do cultivo e da caça, ao mesmo tempo em que impõem limites e restrições a estas atividades, práticas mágicas que podem ser compreendidas como modelos de conduta exemplar, orientadores da apropriação sustentável dos bens naturais.

Bourdieu (1974), por sua vez, resgatou a dimensão simbólica que o mito encerra para a nossa atualidade, demonstrando a sua materialidade nos hábitos de classe e na ação coletiva, onde o domínio do poder simbólico tem a sua eficácia. Pode-se deduzir que o ser humano tem fome de símbolos e sede de mitos. Fome e sede que tornam reais as relações concretas entre os gêneros e os padrões diferenciados de acesso aos recursos naturais.

Os mitos femininos das águas

Primitivamente, há uma profunda conexão entre as águas - e tudo o que se refere a líquidos - e a imagem simbólica da mulher. Os mitos femininos das águas são considerados por estudiosos de mitologia "mitos de origem". Explicam a reprodução dos seres humanos, a origem das espécies animais e vegetais, a criação da vida no planeta e as diferentes posições dos homens e mulheres no mundo. A água, enquanto elemento atribuído à simbologia do feminino, contribui para a produção de um imaginário cultural que, historicamente, vem conferindo às mulheres a especialização exclusiva de conceber seres humanos, bem como de reproduzi-los socialmente.

Dada a vasta extensão do litoral brasileiro e a grande quantidade de rios

e riachos que cortam o seu território, os cultos às divindades femininas das águas são bastante difundidos. Entre eles, o culto a Iemanjá é predominante. A deusa, a Mãe-d'Água, é definitivamente a dona dos desígnios e destino das águas brasileiras. A fecundidade é uma de suas características particulares, inscrita na trajetória da sua história. Iemanjá nasceu da união de Oduduwa (terra-feminino) e Obatalá (céu-masculino). Desta união, além de Iemanjá, nasceu também Agunju. A primeira simboliza o domínio das águas e o segundo, o da terra. Os irmãos crescem, apaixonam-se e casam-se. Desta união entre irmãos nasceu Orungá. Este, por sua vez, apaixonou-se por sua bela mãe, que não aceita os sentimentos do filho. Desesperado pelo amor não correspondido, ele a violenta, causando-lhe profundo horror. Iemanjá foge do primogênito e corre bastante; já cansada, cai de costas. Seu corpo e seu ventre dilatam-se. Dos seus peitos abundantes jorram dois fluxos de água que vão se juntando até formar um grande lago. Do seu ventre agigantado saem as principais divindades (orixás) do panteão yorubano.

A imagem do mito é cultuada. Iemanjá representa a mãe de todos os deuses, uma divindade essencialmente materna. Nos cânticos e rituais que a festejam e a reverenciam, é invocada como "nossa mãe dos peitos chorosos". Ramos (1934) identifica a narrativa mítica de Iemanjá com a tragédia do mito grego Édipo. No sincretismo religioso, é cultuada sob as vestes de várias Nossas Senhoras do Catolicismo. Na Bahia, é Nossa Senhora da Conceição ou Nossa Senhora Santana; no Rio Grande do Sul, é Nossa Senhora dos Navegantes; no Rio de Janeiro, Nossa Senhora da Conceição.

O culto à Mãe das Águas arrebatou cada vez mais mulheres e homens em todo o Brasil, seja na ocasião da virada do outro Ano, seja durante o seu ciclo ritual, realizado nas casas afro-religio-

sas, e ainda por ocasião dos festejos católicos das Nossas Senhoras com as quais é identificada. Oliveira e Levy (1986) explicam que o mito "ascende" e "floresce" em função da crise social e econômica que a sociedade brasileira atravessa. É a contrapartida de uma população cansada das instituições rígidas, da fé católica e de um Estado patriarcal essencialmente militarizado, desiludida das promessas do pai e com os heróis do tipo "salvador da Pátria". O culto a Iemanjá representaria, para estes autores, uma demanda social por mãe, colocada pela população brasileira como alternativa diante do fracasso das elites políticas na resolução dos problemas nacionais.

Entender a região do Recôncavo e seus mitos não pode prescindir de uma explicação sobre as águas da Baía de Todos os Santos, cuja "larga barra" vai se estreitando para o interior, formando um grande lago de águas pacíficas, comunicantes com as grandes cidades da região. A Baía de Todos os Santos é o principal referente do Recôncavo. Todos os Santos incluem tanto os católicos quanto as divindades do panteão afro. As deidades negras teriam adentrado na baía junto com os escravos e em pouco menos de dois séculos já dominavam suas águas.

Os mitos femininos aquáticos que habitam sua "larga barra" moram em cachoeiras e nichos hídricos, os quais, na sua maioria, são verdadeiros santuários ecológicos. A presença do mito impõe restrições às atividades humanas nestes locais, tidos como sagrados, o que nos faz interrogar se isto tem contribuído para a sua conservação. As divindades hídricas do Recôncavo são simbolicamente relacionadas à maternidade, aos processos de reprodução biológica da natureza animal e vegetal e à fecundidade humana.

Na região, pelas suas características históricas, a presença da cultura africana é predominante e imprimiu tra-

ços singulares a tudo que se relaciona ao mar, às águas e à pesca. As principais divindades aquáticas cultuadas são invocadas por diferentes nomes. Iemanjá, em língua yorubana, quer dizer "mãe dos peixes filhos". No Recôncavo, como em todo o litoral brasileiro, é também a divindade mais reverenciada, sendo inúmeros os festejos em sua homenagem.

Elbein (1984) assinala que Oxum, outra deusa das águas dos rios e das lagoas, está associada ao ciclo menstrual e às fases da Lua. É representada como metade mulher e metade peixe de metal. O manguezal, faixa de transição entre o mar e a terra, tem seus domínios pertencentes a Nanã Buruku. Verger (1985) observa que Nanã é um orixá representado por uma "antiquíssima senhora que veio de muito longe". Elbein (1984) acrescenta que Nanã está associada à fertilidade, à reprodução das espécies, à lama, à terra úmida, à agricultura e aos grãos sementes, às zonas de transição entre terra e água. A "Véia do Mangue", nome mais conhecido de Nanã no Recôncavo, pune quem corta as árvores das florestas de mangue e, em troca de pedaços de fumo, ensina o caminho de volta para os que estão perdidos no local. Oxumaré, outro orixá aquático, é marcado pela ambigüidade das águas. Durante seis meses é homem e mora na água do mar; nos outros seis, é mulher e habita os lagos, rios e lagoas. No Recôncavo Baiano ele é muito cultuado, sob as vestes de São Bartolomeu. O santo é padroeiro da cidade de Maragogipe, área de estudo desta pesquisa. Curiosamente, a cidade tem a sua marca ambiental expressa num grande lagamar formado pela confluência do Rio Paraguaçu e a Baía de Todos os Santos, que propicia a abundante floresta de mangue. Maragogipe é assim: metade água do mar, metade água doce. Mais ambigüidade imprimida à marca da cidade: Maragogipe não vai muito ao mar nem muito à terra.

No Recôncavo, o culto às águas expressa, simbolicamente, homenagens às divindades femininas das águas, provedoras míticas de considerável fonte de subsistência da população. Em diversas comunidades pesqueiras do litoral baiano os pescadores fazem oferendas a estas divindades, pedindo permissão para explorar os recursos das águas marinhas e obter boa pescaria.

Trabalhadoras do mangue: uma leitura preliminar de dados documentais

Os aspectos econômicos, sociais, culturais e simbólicos que organizam, orientam e legitimam a atividade de mariscagem - extração de mariscos nos manguezais e na beira da praia - constituem o tema central deste artigo. A construção teórica deste campo de análise traz, em si, certas dificuldades metodológicas, posto que tanto a pesca artesanal quanto o pescador e a pescadora artesanais são categorias sociais esquecidas pela política econômica governamental e sociologicamente ignoradas. A dificuldade se amplia ainda mais quando se constata a insuficiência de estudos sobre a dinâmica de reprodução e o manejo do mangue.

Nas comunidades pesqueiras estudadas, a mariscagem foi tradicionalmente uma atividade secundária à captura do pescado, realizada essencialmente por mulheres e crianças e com baixo grau de incorporação dos seus produtos ao mercado. Na verdade, até pelo menos quatro décadas os recursos naturais do mangue constituíam apenas uma fonte secundária de alimento para o grupo doméstico. Woortmann (1978) faz semelhante análise no seu estudo sobre o padrão alimentar em comunidades pesqueiras do Estado do Pará. Ali, observa ele, a atividade extrativista animal

das mulheres é concebida como irrelevante, sem valor social, destinada apenas ao autoconsumo, para substituir o pescado ou a carne bovina.

Desde os anos 60, contudo, a importância econômica da mariscagem tem aumentado crescentemente, em função da expansão do turismo no litoral baiano e nordestino em geral, onde mariscos e outros frutos do mar tornaram-se produtos indispensáveis das culinárias regionais, bastante procurados no mercado. Em alguns municípios litorâneos do Recôncavo, principalmente em Maragogipe, a mariscagem constitui-se, hoje, numa das principais atividades econômicas das comunidades pesqueiras, responsável por grande parte dos ingressos financeiros que compõem a renda do grupo familiar.

Dados do Ibama (s/d.) estimam a existência no Recôncavo de aproximadamente 10 mil marisqueiras que, diariamente, vão ao mangue coletar crustáceos e moluscos, seja para o mercado, seja para o consumo do grupo doméstico. A direção da Colônia de Pescadores do Município de Maragogipe não sabe informar o número exato de mulheres que hoje atuam no mangue, mas tomando como base o número de famílias das principais comunidades pesqueiras locais, o presidente da entidade estima a existência de aproximadamente 1mil marisqueiras em atividade na região. Destas, apenas cerca de 150 são filiadas à Colônia. De acordo com o já citado diagnóstico sócio-econômico-ambiental sobre o trabalho feminino no litoral do Recôncavo, realizado em 1992 pelo NEIM e o Ibama, a jornada de trabalho das mulheres nas comunidades pesqueiras da região varia de 10 a 12 horas por dia - jornada superior à registrada no Censo de 1980 do IBGE, que apurou que dez horas por dia de trabalho é a maior jornada referente à mão-de-obra feminina no país.

Dinâmica da reprodução ambiental do mangue e trabalho feminino: a interdependência entre reprodução ambiental e reprodução social

A produção e reprodução da vida social das marisqueiras estão diretamente relacionadas à dinâmica da reprodução ambiental do meio ambiente marinho. O extrativismo das espécies animais nas áreas de mangue só é possível na maré vazia. Esta, no entanto, varia ao longo de um mês, dependendo das fases da Lua. Assim, se uma das vazantes ocorre num período em que a fase da Lua condiciona a maré vazia para a noite, não há atividade de mulheres no mangue. Por sua vez, há duas vazantes por dia com horários irregulares, que variam mês a mês numa faixa de duas a quatro horas, a depender da sua intensidade. É deste tempo que as mulheres dispõem para coletar os seus produtos. As espécies são coletadas em rotas escolhidas em função da disponibilidade de estoques, acompanhando o tempo de vazante da maré; quando esta começa a encher, as marisqueiras iniciam a volta, coletando em outra rota até o ponto da plenitude da cheia, quando devem estar próximas ao ponto de desembarque.

Desta forma, o extrativismo animal nas áreas de mangue é uma das atividades mais condicionadas pela reprodução ambiental. Acompanhar a dinâmica da reprodução do mangue e adequá-la à organização produtiva exigem da mulher um profundo conhecimento do ecossistema, da reprodução das espécies que aí ocorrem, das fases da Lua, da intensidade das marés, além do controle dos aportes de água doce oriunda dos rios que desembocam na Baía de Todos os Santos.

Os relatos das marisqueiras entrevistadas informam que a lama do mangue é também um objeto essencial de conhecimento. Para mariscar é necessário identificar o grau de compactação

do solo, o seu nível de profundidade, evitando assim os buracos ou "sumidouros". É necessário ainda reconhecer os sinais da lama que indicam uma maior ou menor presença de mariscos, e se o local escolhido já foi recentemente explorado.

O conhecimento do ciclo reprodutivo das espécies animais, das suas fases de crescimento e dos cuidados para não agredir as florestas do mangue é considerado pelas marisqueiras fundamental para manter em nível estável a reprodução do ecossistema, garantindo dessa maneira a criação de estoques futuros. Este conjunto de "saberes empíricos", transmitido de geração a geração, é resultado da longa tradição do relacionamento das mulheres com os recursos naturais do mangue.

A mariscagem extrativista é, enfim, uma atividade na qual a dinâmica ambiental influencia diretamente o volume da produção, o mercado, a reprodução social, a periodicidade dos trabalhos domésticos, ou seja, toda a vida comunitária que depende desta atividade como subsistência principal.

O extrativismo econômico das mulheres no mangue envolve tecnologia simples e é de baixa produtividade. O trabalho em terra consiste na lavagem, fervura e retirada das carapaças dos mariscos. Realizado no espaço doméstico, com os mesmos utensílios com os quais se prepara o alimento, envolve a mão de toda a família.

Fatores condicionantes naturais estabelecem também os limites de expansão da atividade. As marisqueiras sabem que os recursos naturais do mangue são renováveis, mas têm consciência de que não são ilimitados. Dado o equilíbrio frágil do ecossistema, sua exploração depende fundamentalmente de técnicas sustentáveis. Os vários relatos das marisqueiras entrevistadas dão conta de que cada maré vazia resulta numa produção que não excede dois quilos do produto beneficiado.

Estas mulheres realizam uma forma particular de extrativismo, incluída no que conceitualmente se denomina produção simples de bens de mercado. Trabalham com autonomia, no que se refere à organização do processo produtivo, e são proprietárias da tecnologia rudimentar utilizada na coleta e beneficiamento do produto. Inserida num contexto econômico local e regional, a atividade articula-se à lógica dominante do mercado através da comercialização do seu produto. Esta é realizada por uma cadeia de intermediários que retira das marisqueiras grande parte da renda gerada pelo seu trabalho.

Neste caso específico, o processo de produção simples de mercadorias ganha significado distinto. Considerando que a atividade destas mulheres está vinculada intrinsecamente à dinâmica imperativa do meio, cujos limites não se superam com o aumento da capacidade de captura da tecnologia, pode-se afirmar que elas realizam uma produção em microescala.

O beneficiamento e processamento do produto são realizados sem as mínimas condições sanitárias e higiênicas, comprometendo sua qualidade e seu valor nutricional. As marisqueiras não dispõem de estrutura de resfriamento e estocagem, muito menos de condições de transportar seus produtos diretamente para mercados e feiras. A falta de condições de resfriamento e a alta perecibilidade do produto coletado impõem o seu beneficiamento e sua comercialização tão logo as mulheres retornem do mangue. Estas limitações reduzem o seu poder de barganha, obrigando-as a vender o marisco a preços abaixo do mercado.

Em que pese a evidência da inserção das marisqueiras no contexto econômico local, seu trabalho é concebido como "ajuda" e só na década de 70 foi reconhecido oficialmente. Esta conquista resultou da organização e luta de um grupo de marisqueiras da Região Metropolitana de Salvador que, durante sete

anos, reivindicou junto aos poderes públicos o seu reconhecimento como trabalhadoras do setor pesqueiro. Até então a legislação não permitia o seu registro na Colônia de Pescadores, aliando-as dos benefícios sociais garantidos pela Previdência e dos seus direitos trabalhistas.

Além dos limites naturais impostos pelo meio, tensores externos, oriundos de outras atividades econômicas, têm contribuído sensivelmente para desorganizar um sistema produtivo que, por si só, é bastante instável.

*Narrativas sobre a escassez:
interpretação das primeiras falas
sobre o trabalho feminino no mangue*

As marisqueiras entrevistadas revelam que a mariscagem é uma atividade bastante cansativa e com um grau elevado de riscos. As longas caminhadas na lama do mangue lhes exigem um considerável esforço físico, denominado de "puxar lama com as pernas". Há riscos de cortarem-se com as carapaças dos mariscos e de perderem o senso de orientação dentro das florestas, o que implica mais caminhadas para achar o caminho de volta. Estas mulheres trabalham cotidianamente sob chuva ou sol, em posição encurvada, com sede e com fome, pois as condições do meio físico não lhes permitem alimentar-se durante o trabalho. Normalmente, a atividade no mangue implica maior cooperação que as atividades em alto mar: dadas as características agrestes do meio, é mais seguro mariscar em grupo.

As entrevistadas comparam a baixa produção do seu trabalho atual com volumes maiores do produto coletados em períodos anteriores. Observam a redução dos estoques em determinados locais do mangue caracterizados pela intensa reprodução das espécies e ressaltam que, atualmente, o seu crescimento em tamanho ocorre mais lenta-

mente. As condições atuais da dinâmica da reprodução do mangue implicam vencer maiores distâncias à procura de novos estoques, o que significa aumentar a jornada de trabalho.

Segundo relatos das marisqueiras e dos técnicos do Ibama alocados no município, nos últimos anos tem aumentado sensivelmente o número de pessoas atuando nas áreas de mangue. A desativação da fábrica de charutos local - a Suerdick -, que empregava cerca de 6 mil operários, a crise no setor pesqueiro artesanal e a imigração da população oriunda da zona rural para as áreas litorâneas do município são fatores estruturais geradores de uma massa de desempregados que encontram no mangue a única alternativa de geração de renda e oferta de alimentos.

O aumento do esforço de coleta e a baixa oferta de estoques em locais mais acessíveis dos manguezais provocam uma captura de urgência entre as produtoras, interferindo decisivamente nas práticas tradicionais de coleta, relatadas anteriormente, cuja orientação obedecia a critérios seletivos fundamentais para a permanência das condições reprodutivas do meio que exploram. Diante da ampliação do esforço de coleta e do desmatamento, as marisqueiras apontam a tendência de a mariscagem ser exercida sem os critérios seletivos que tornavam suas práticas sustentáveis, visto que a população recentemente incorporada à atividade, além de não deter o conhecimento necessário para uma exploração racional dos estoques, tem provocado, impelida pela fome, uma corrida aos recursos. A lógica que tem dominado atualmente é a de que "se eu não catar a fêmea nem os bichos pequenos, outros virão e pegarão"; ou então, "para comer, qualquer coisa serve"; ou ainda, "depois de tanto andar 'puxando lama', tenho que levar alguma coisa pros filhos comerem".

Embora a mariscagem seja tradicionalmente concebida como atividade feminina, diante do quadro de crise

econômica e fome os homens pouco a pouco vão se introduzindo na atividade, fato que certamente contribuirá para alterar os padrões de divisão sexual do trabalho, seja na produção, seja na reprodução social.

A implantação da barragem da Pedra do Cavalo e o aumento intensivo da atividade humana nas áreas de mangue vêm provocando transformações na reprodução ambiental do meio hídrico local. As marisqueiras advertem que as florestas de mangue apresentam sinais de esgotamento dos estoques. Tornam-se, neste sentido, necessários e urgentes estudos e pesquisas sobre o manejo do mangue, o dimensionamento da capacidade dos seus estoques, e o desenvolvimento de técnicas sustentáveis de exploração dos seus recursos.

Diegues (1983) identificou semelhante situação crítica nos manguezais do Vale da Cananêia, litoral paulista. O autor propõe que a complexa rede de interdependência entre o ecossistema aquático e o mangue seja compreendida incorporando o conhecimento tradicional das marisqueiras sobre o comportamento das espécies, o fluxo das águas e a vazão das marés. O gerenciamento dos usos e manejos dos recursos aquáticos marinhos não pode prescindir de estudos e pesquisas que recuperem o trabalho da mulher no litoral e o seu conhecimento da dinâmica reprodutiva e da complexidade dos recursos que exploram. O conhecimento dos diversos aspectos da exploração de recursos renováveis pelas mulheres constitui-se num instrumento indispensável à formulação de políticas globais destinadas a estimular a pesquisa de práticas alternativas de exploração e conservação dos recursos marinhos.

Nas comunidades pesquisadas em Maragogipe, são as mulheres as que mais lamentam e denunciam a depredação do mangue. As marisqueiras entrevistadas apontam uma gama de outras atividades conflitantes com a marisca-

gem e que têm tornado adversas as condições do seu trabalho, como a pesca predatória nos estuários adjacentes ao mangue, a pesca com rede de malha miúda, a pesca com explosivos e, principalmente, o corte da madeira das árvores do mangue. Onde não há árvores, também não há mariscos.

As primeiras sondagens junto às marisqueiras parecem indicar que estas desconhecem os impactos causados ao manguezal por outras atividades desenvolvidas distantes do espaço geográfico passível de suas observações, como é o caso da agricultura irrigada ao longo do curso do Rio Paraguaçu e em regiões distantes da sua foz, da atividade mineiradora nas nascentes do rio, dos efluentes químicos despejados nas bacias hidrográficas da região, que se intercomunicam com o meio hídrico local etc.

Trabalho feminino: mitos, produção e magia

Uma interpretação preliminar das entrevistas realizadas com as marisqueiras de Maragogipe indica que, para elas, o mangue não é só lama e trabalho: é também cooperação. A bordo de pequenas canoas, conduzidas por elas mesmas, as marisqueiras exercitam trocas entre si. Mariscar em grupo é mais divertido e seguro.

Acima de tudo, o mangue é para elas um espaço sagrado, onde cultuam os seus mitos. Incorporando magia à sua atividade produtiva, as marisqueiras não vão ao mangue sem levar um pedaço de fumo para agradar Nanã Buruku, dona mítica do território que exploram. Cuidam do meio conforme ensina o exemplo do mito. Utilizam como lenha apenas os galhos secos das árvores. Quando coletam espécies de moluscos grudadas aos troncos das árvores, fazem-no com cuidado e habilidade para não danificá-las. As espécies que habi-

tam áreas profundas da lama são retiradas com cautela, para não atingir as raízes das árvores. Não coletam as espécies em fase juvenil e evitam, na medida do possível, coletar as fêmeas. Atualizam o exemplo do mito para assegurar a reprodução das suas condições de produção e a sobrevivência do grupo doméstico. Em resumo, adotam práticas de coleta que, na medida do possível, obedecem a critérios seletivos, possibilitando que o local seja sempre produtivo e que as espécies se reproduzam.

A imagética dos mitos femininos das águas do Recôncavo expressa, enfim, um ideário conservacionista dos recursos aquáticos. Seus atributos estão relacionados à reprodução das espécies animais e vegetais, ao controle do fluxo das águas, à conservação das florestas de mangue.

Atualizar os mitos femininos das águas, encenar os seus ritos, é fixar na memória do sujeito os imperativos de conservação da vida através da reprodução. Agradar a Nanã, a dona do mangue, é parte de um ritual que pressupõe a preservação dos seus domínios. Preservar os domínios de Nanã é também garantir a fonte de trabalho das mulheres marisqueiras.

Vale observar que estes mitos e símbolos expressam uma apropriação e exploração diferenciada dos recursos naturais pelas mulheres e, ainda, a manipulação de uma dupla representação da imagem feminina: por um lado a mulher é a dona mítica dos recursos naturais que os homens exploram; por outro, categoria social que ocupa uma posição fundamental na reprodução social da vida mas que, na escala de valores sociais, continua ocupando posições desfavoráveis quanto à sua autonomia política, o seu poder de barganha e, principalmente, o seu reconhecimento social como sujeito da produção, o que tem lhe dificultado a conquista plena de sua cidadania.

Referências bibliográficas

- ARAUJO, Dorothy Sue Dunn e MACIEL, Norma Crud. *Os manguezais da Baía da Guanabara*. Tese de mestrado em Biologia e Ecologia Marinha, Rio de Janeiro, UFRJ, s/d.
- BORDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo, Ática, 1983.
- ELBEIN, Juanita dos Santos. *Os Nagô e a morte*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- ELIADE, Micea. *Mito e realidade*. São Paulo, Perspectiva, 1972.
- GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Centro de Estatística e Informação(CEI). *A qualidade ambiental do Recôncavo*. Salvador, CEI, 1991.
- IBAMA. Projeto de desenvolvimento da mulher na atividade pesqueira. Ibama, s/d.
- _____. Plano anual de trabalho. Maragogipe, Ibama, 1986.
- LACERDA, Luiz Drude de. "Manguezais: florestas de beira-mar". *Ciência Hoje*, n. 13, vol. 3, 1984.
- LIGOCKI, Malô. Relatório de viagem. Ibama, 1990.
- LOPES, Araujo Maria José. O manguezal, ameaças do mangue, proteção legal a mangues e dunas. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, 1985.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas del Pacífico Ocidental*. Barcelona, Ediciones Peninsula, 1973.
- MASTALLER, Michael. *Resumo da literatura sobre conceitos do uso de área do mangue com referência especial para a arquitetura artesanal*. Brasília, Ibama, 1990.
- MATTOSO, Katia M. de Queiróz. *Bahia, século XIX; uma província no Império*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.
- MUSSOLINI, Gioconda. *Ensaíos de antropologia indígena e caiçara*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- NEIM/IBAMA. *Diagnóstico sócio-econômico-ambiental da mulher pescadora do Recôncavo Baiano*. Salvador, NEIM/Ibama, 1992.
- NETO, Joviniano de Carvalho. "Satélite revela destruição dos manguezais no litoral". *A Tarde*, 26/3/89.
- OLIVEIRA, Walfredo Ismael e LEVY, Emmanuel de Almeida. "Yemanjá - um mito brasileiro em floração". *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, vol. 35, set.-out., 1986.
- RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934.
- TURNER, Victor W. *O processo ritual*. Petrópolis, Vozes, 1974.
- VERGER, Pierre Fatumbi. *Lendas Africanas dos Orixás*. Salvador, Corrupio, 1985.
- WOORTMANN, Klaas A. A. W. Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda. Relatório final de pesquisa, Brasília, UnB, 1978 (Série Antropologia, n. 20).

RESUMO – Rainha das águas, dona do mangue: um estudo do trabalho feminino no meio ambiente marinho. *Análise preliminar dos aspectos econômicos, sócio-ambientais, culturais e simbólicos que orientam, organizam e determinam o acesso e a exploração dos recursos naturais marinhos pelas mulheres das comunidades pesqueiras do Recôncavo Baiano, região Nordeste do Brasil. Nestas comunidades, a divisão sexual do trabalho reservou às mulheres, além de todas as tarefas em terra, a exploração, para consumo doméstico ou venda no mercado, de moluscos e crustáceos que ocorrem nas áreas de mangue, faixa de transição entre a terra e a água. Mostra que esta divisão do trabalho expressa-se simbolicamente nas narrativas afro-religiosas dos mitos femininos das águas: o mangue, ecossistema típico das regiões tropicais e costeiras,*

apresenta um alto grau de reprodutividade das espécies animais e vegetais que aí ocorrem - as trocas energéticas com o meio adjacente o tornam berçário natural de várias espécies de pescado e ainda local de desova, reprodução e crescimento -, sendo por isso percebido no imaginário local como o lado materno do meio marinho. Postula que o trabalho das marisqueiras no mangue está condicionado diretamente à dinâmica reprodutiva ambiental do ecossistema, a qual determina direta e indiretamente o volume da produção coletada, as relações de mercado e o cotidiano social das comunidades pesqueiras locais. Mostra, ainda, que na sua atividade produtiva estas mulheres combinam mito, magia e produção, cujos referentes simbólicos são inspirados nas divindades do panteão afro-baiano, principalmente nos mitos femininos aquáticos.

ABSTRACT - Queen of the sea: a study of women's survival strategies in the marine environment. Study of the role of fisherwomen in social reproduction and its relation with the marine environment in the Recôncavo Baiano, Bahia, Brazil. Emphasizes the economic activities and cultural behavior which is involved in the exploitation of the marine resources by these women, whose expertise is the gathering of shellfish in the mangrove area. Located between the shore and the sea, the mangrove is a highly productive ecosystem, responsible for the nutrition chain of thousand of species. Thus it requires from whoever uses it a high sense of social and ecological responsibility. The author argues that because of the shellfish gather direct involvement with social reproduction, they have developed this sense of responsibility vis-à-vis the control and preservation of marine species.

Recebido para publicação em 20/02/94.
Aprovado para publicação em 17/07/94.